



PROGRAMA 215 CIDADANIA E DIREITOS

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROGRAMA 215 – CIDADANIA E DIREITOS

1 INTRODUÇÃO

O Programa 215 – Cidadania e Direitos, conforme o PPA-P vigente, possui 16 Compromissos, 77 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 7 Órgãos (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 10 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de **Geração, Cidadania e Direitos Humanos** (presente nos 16 Compromissos), **Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte** (presente em 7 Compromissos) e **Saúde e Assistência Social** (presente em 6 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Cidadania e Direitos apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/12/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **66,54%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise, conforme Quadro 1.

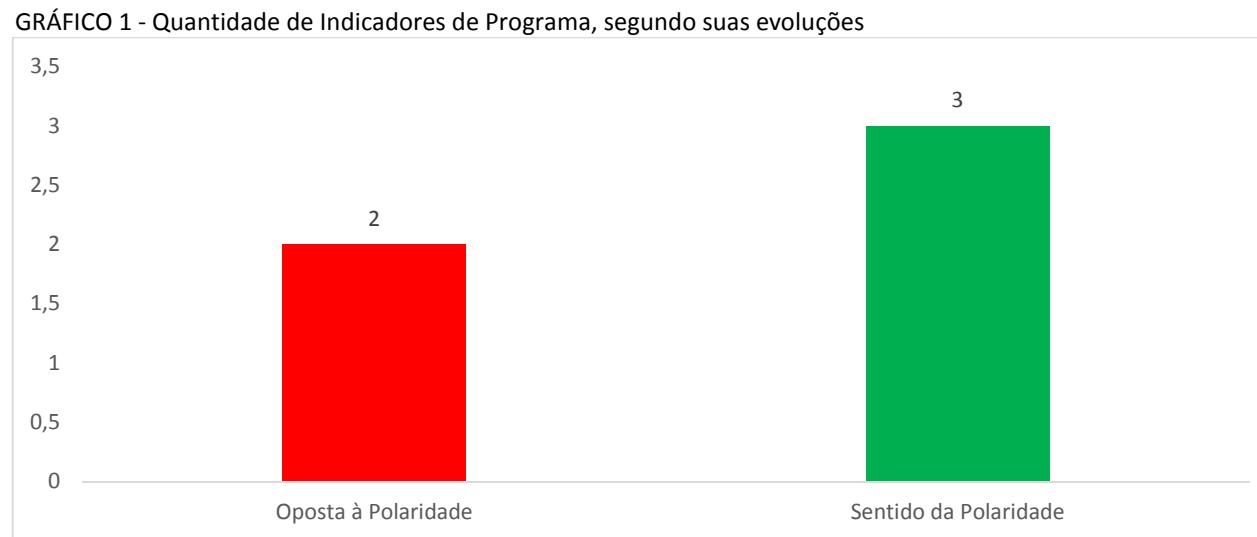
QUADRO 1 – Desempenho do Programa, segundo as Dimensões de Análise

Dimensão	Indicador	%	Grau	Situação
RESULTADO	Evolução dos Indicadores de Programas	60,00	3	BOM
	Eficácia das Metas do Programa	79,69	3	BOM
ESFORÇO	Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa	53,33	2	REGULAR

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de Indicadores de Programa segundo suas evoluções. O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de três Indicadores no sentido da sua polaridade; dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade.



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

Os Indicadores que evoluíram no sentido da sua polaridade são:

- *IP1 – Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA;*
- *IP4 – Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivos a atividades ressocializadoras; e*
- *IP5 – Taxa de cobertura do PROCON.*

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativos:

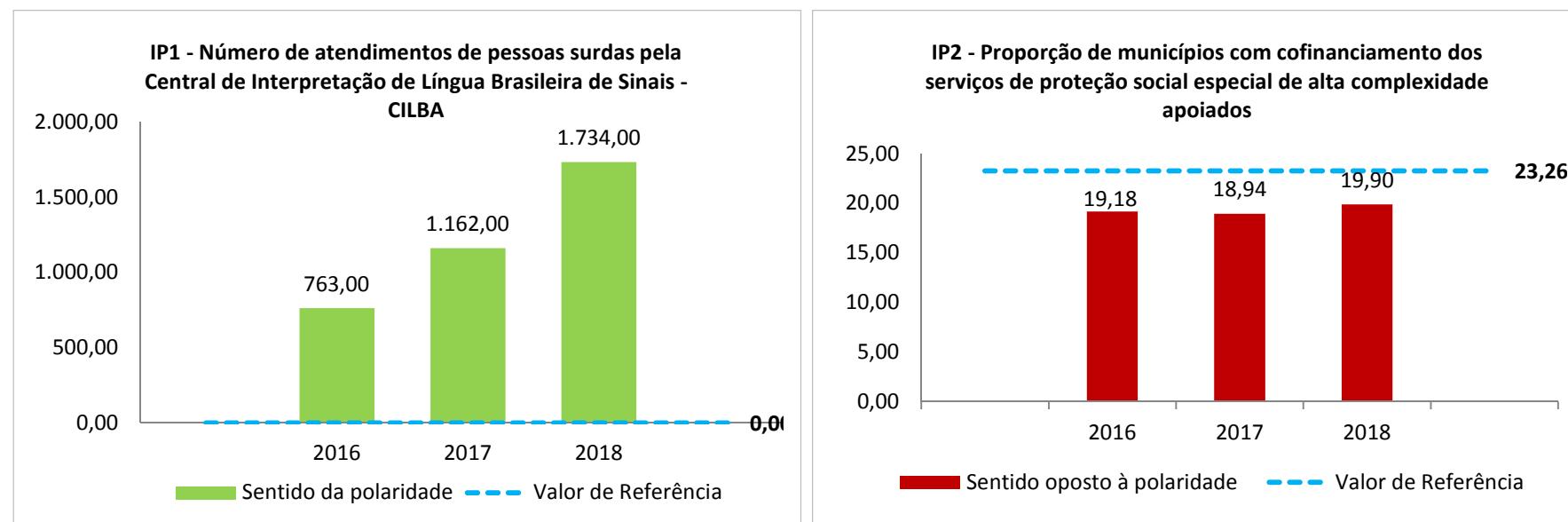
- *IP2 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados; e*
- *IP3 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados.*

A Figura 1 apresenta o comportamento dos Indicadores do Programa Cidadania e Direitos por exercício do PPA-P, considerando seus valores de referências e respectivas polaridades. Cabe salientar que todo esforço empreendido no PPA-P é verificado de forma cumulativa implicando que os

Indicadores podem seguir uma tendência temporal de evolução à medida que as entregas são realizadas. Observa-se que:

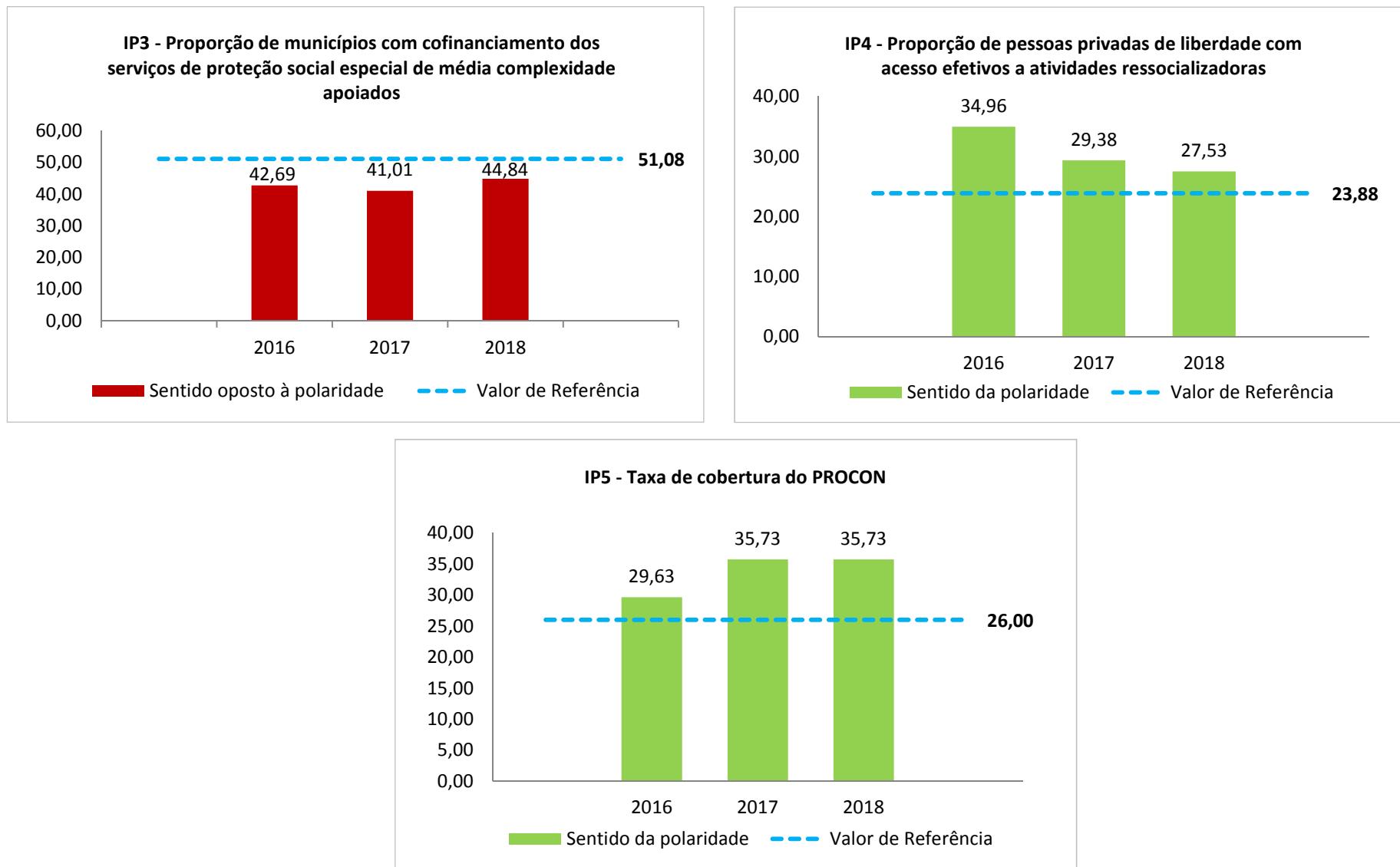
- IP1 apresenta comportamento ascendente no sentido da sua polaridade nos três exercícios analisados, registrando valor mais expressivo no ano de 2018;
- IP2 e IP3 mantêm comportamento semelhante no período em análise, apresentando um decréscimo no valor registrado em 2017 comparativamente a 2016 e uma elevação no ano de 2018 em relação aos exercícios anteriores. No entanto, esse movimento não foi suficiente para alcançar e ultrapassar o valor de referência dos respectivos Indicadores, de modo que, nos três anos da série, registra valores abaixo do valor de referência;
- IP4 apresenta valores acima do valor de referência, trajetória decrescente evoluindo no sentido de sua polaridade nos três anos do PPA-P;
- IP5 registra um movimento no sentido da sua polaridade, com valores ascendentes até 2017, permanecendo o mesmo em 2018.

FIGURA 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (continua)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

FIGURA 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (conclusão)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar a ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação como condições favoráveis à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores. Por outro lado, sobre o desempenho negativo dos Indicadores, foram apontados impeditivos de ordem legal ou normativa.

De acordo com a Ficha Técnica dos Indicadores de Programa – PPA 2016-2019, dos 16 Compromissos do Programa, apenas quatro estão associados a Indicadores do Programa Cidadania e Direitos, o que sinaliza uma baixa representatividade dos indicadores. Ou seja, 75,00% Compromissos não possuem vinculação com os Indicadores do Programa Cidadania e Direitos, ainda que, em certa medida, possam contribuir para o seu comportamento. Cabe destacar que, mesmo que elementos externos ao Programa possam influenciar seus Indicadores, é desejável que os Indicadores de Programa sejam sensibilizados, direta ou indiretamente, pelo conjunto de objetivos expressos em seus Compromissos.

O Quadro 2 apresenta a evolução dos Indicadores do Programa e o comportamento das Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados, notando-se que a evolução de três Indicadores é compatível com o comportamento das Metas relacionadas. São eles:

- IP1, IP4 e IP5: todos com evolução positiva e sensibilizados pelos Compromissos *C1 - Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho, de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade racial , C15 - Promover acesso as políticas públicas do Estado, às pessoas com deficiências e necessidades especiais, nos municípios pólos dos territórios de identidade e C16 - Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo*, cujo desempenho de 13 das suas 18 Metas apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Grau de Eficácia 3 e 4.

QUADRO 2 - Evolução dos Indicadores do Programa e o comportamento das Metas dos Compromissos vinculados

Indicador	Evolução em 2018	Compromisso que Sensibiliza	Quantidade de Metas				
			Total	Grau de Eficácia*			
				Não se Aplica	1	2	3
IP1, IP4 e IP5	Positiva	<i>C1 - Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho, de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade racial</i>	1	0	0	0	1
		<i>C15 - Promover acesso as políticas públicas do Estado, às pessoas com deficiências e necessidades especiais, nos municípios pólos dos territórios de identidade</i>	10	1	1	0	1
		<i>C16 - Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo</i>	7	0	1	2	1
IP2 e IP3	Negativa	<i>C12 - Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social</i>	9	1	0	0	2
Total			27	2	2	2	5

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

*Grau de Eficácia: 1 (Insuficiente); 2 (Regular); 3 (Bom); 4 (Ótimo); e “Não se aplica” (Metas sem planejamento e execução, em 2018).

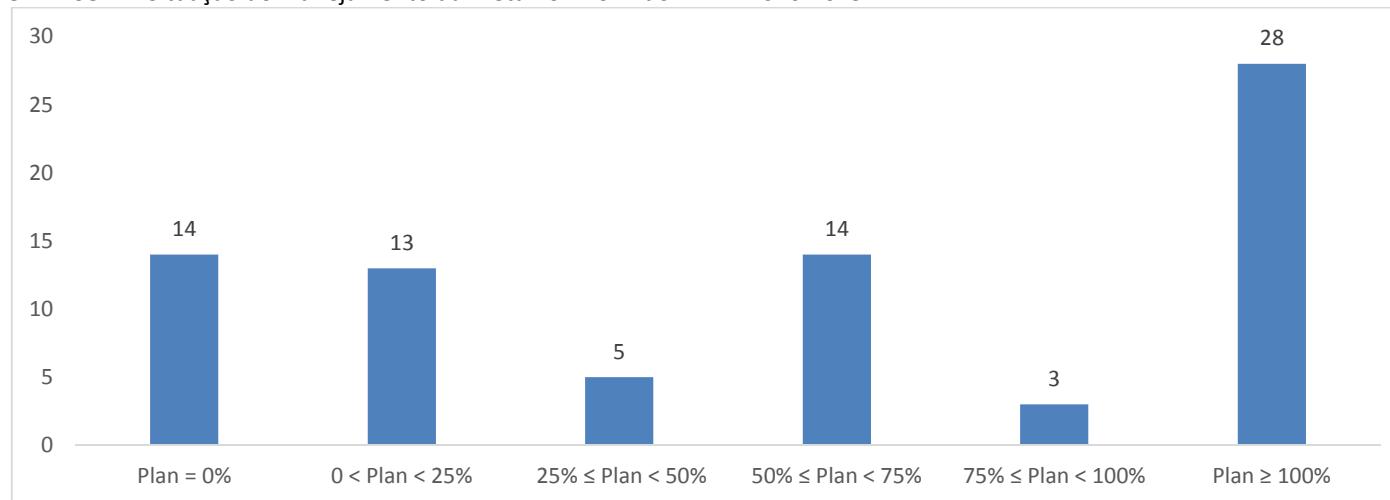
Por outro lado, a evolução dos Indicadores sinalizados na sequência não apresenta a mesma coerência em relação ao comportamento das Metas relacionadas:

- IP2 e IP3, cuja evolução negativa não corresponde ao desempenho da maioria das Metas do Compromisso ao qual está vinculado (*C12 - Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social*), visto que oito das suas nove Metas registram execução igual ou superior a 60% do valor planejado para 2018, enquadrando-se nos Graus de Eficácia Bom e Ótimo.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (*IP1 - Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA*), que passou a ter vigência a partir de 2018.

O Gráfico 2 apresenta a situação do Planejamento das Metas¹ no Ano III do PPA-P 2016-2019. A definição dos intervalos considera que, sendo 4 anos o período de realização do PPA, o valor anual de referência para o planejamento de uma Meta corresponde, em geral, a 25%, o que permite definir a faixa referencial de projeção no ano III em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Dessa forma, tem-se que 46 Metas (59,74% do total) apresentam valor planejado, até 2018 (Ano III do PPA-P 2016-2019), inferior a 75% do valor previsto no PPA-P, das quais 14 estão com planejamento “zero”.

GRÁFICO 2 – Situação do Planejamento da Meta no Ano III do PPA-P 2016-2019



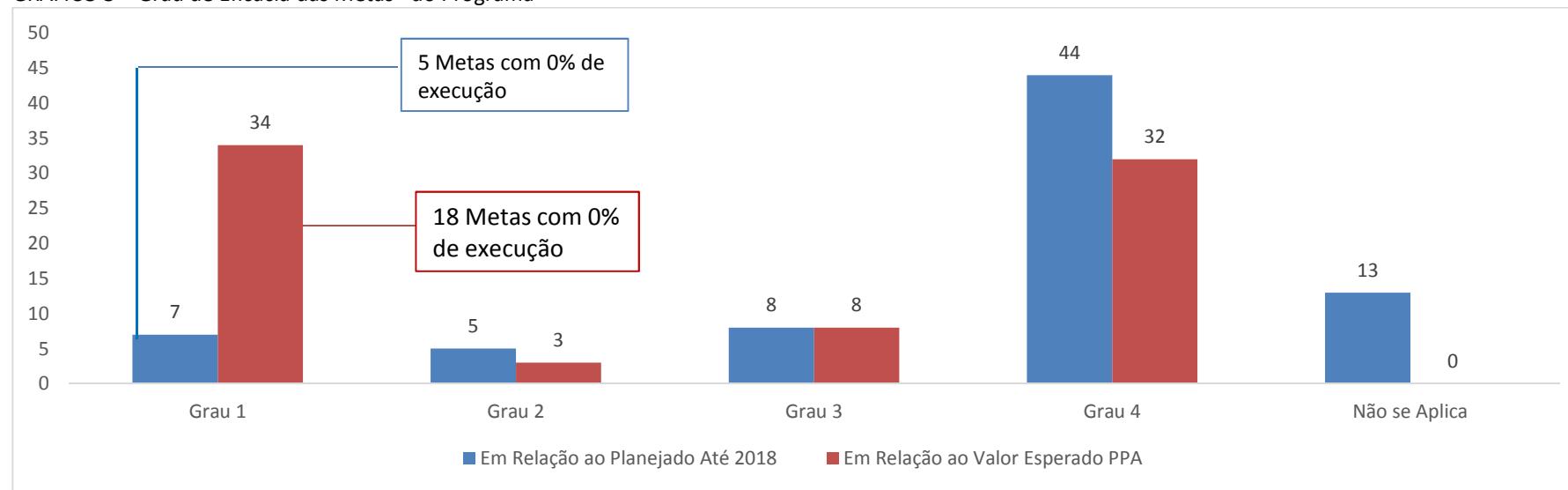
Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

¹ Planejamento da Meta corresponde à pretensão anual da Meta quadrienal, declarada pelo gestor responsável, no início do exercício, no âmbito do Processo de Monitoramento do Programa.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018, conforme demonstrado no Gráfico 3:

- 44 Metas (57,14%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 24 (31,17% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 14 (18,18% do total de Metas), com execução superior a 100%;
- 8 Metas (10,39%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom)
- 12 Metas (15,58%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular); e
- 13 Metas (16,88%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”², considerando não ter sido planejado qualquer execução para o exercício 2018.

GRÁFICO 3 – Grau de Eficácia das Metas* do Programa



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

* Conceito atribuído com base na execução da Meta, considerando a métrica:

Valor	Grau 1 (Insuficiente)	Grau 2 (Regular)	Grau 3 (Bom)	Grau 4 (Ótimo)
Planejado 2018	%Exec < 30	30 ≤ %Exec < 60	60 ≤ %Exec < 90	%Exec ≥ 90
PPA	%Exec < 25	25 ≤ %Exec < 50	50 ≤ %Exec < 75	%Exec ≥ 75

Com relação às Metas enquadradas na situação “Não se Aplica”, verifica-se nos registros constantes no campo “Observações sobre a Meta”, no Fiplan, que:

² Metas que não tiveram planejamento em 2018 e nem execução até o exercício em análise (2018).

- 2 Metas têm previsão de execução no exercício 2019;
- 1 Meta está em fase final de execução;
- 1 Meta foi proposta equivocadamente e não será executada;
- 2 Metas possuem dependência de parceria que não se concretizou até o momento;
- 1 Meta contemplada em outra Meta realizada pela USP responsável;
- 4 Metas apresentam dificuldades relacionadas à disponibilização dos recursos orçamentários para sua execução;
- 2 Metas não possuem observação.

As explicações apresentadas pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização de formas e estratégias de atuação; e (ii) exigências de ordem legal ou institucional favoráveis. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas a: (i) impeditivos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional; (ii) obstáculos ocasionados pela falta de adesão, parcerias ou de demandas; e (iii) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros. Dentre outros motivos apresentados para a evolução de algumas Metas (seja superior a 100%, seja inferior a 60%), vale destacar as alterações ocorridas na forma de suas apurações, assim como o fato de que elas se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no Ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 32 Metas (41,56%) estão com execução igual ou superior a 75 %;
- 11 Metas (14,29%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 34 Metas (44,16%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 5 (14,71% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam 13 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica”.

No que pese a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa Cidadania e Direitos registrar um bom comportamento dos seus indicadores, o seu detalhamento aponta algumas ressalvas. A Evolução dos Indicadores do Programa apresenta um bom resultado, mas no limite, refletindo a performance positiva de três dos cinco Indicadores, com dois outros evoluindo em sentido oposto à sua polaridade, mesmo com as Metas associadas apresentando boa execução. Chama a atenção o fato de que, dos 16 Compromissos do Programa, apenas quatro sensibilizam Indicadores, aspecto que sinaliza uma baixa representatividade do conjunto de Indicadores, bem como uma restrita capacidade de captar o comportamento expresso pelo conjunto de Metas. A Eficácia das Metas registra um bom resultado em relação ao valor planejado para 2018. No entanto, observa-se que 59,74% das Metas se encontram com planejamento subdimensionado quando considerado o valor a ser entregue ao final do PPA-P, aspecto que

resulta numa sensível mudança no seu desempenho. Com efeito, a Eficácia das Metas apresenta resultado menos favorável, com maior incidência no Grau de Eficácia 1.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada no Anexo 1 deste relatório, na Seção que trata da Metodologia da Avaliação. São eles:

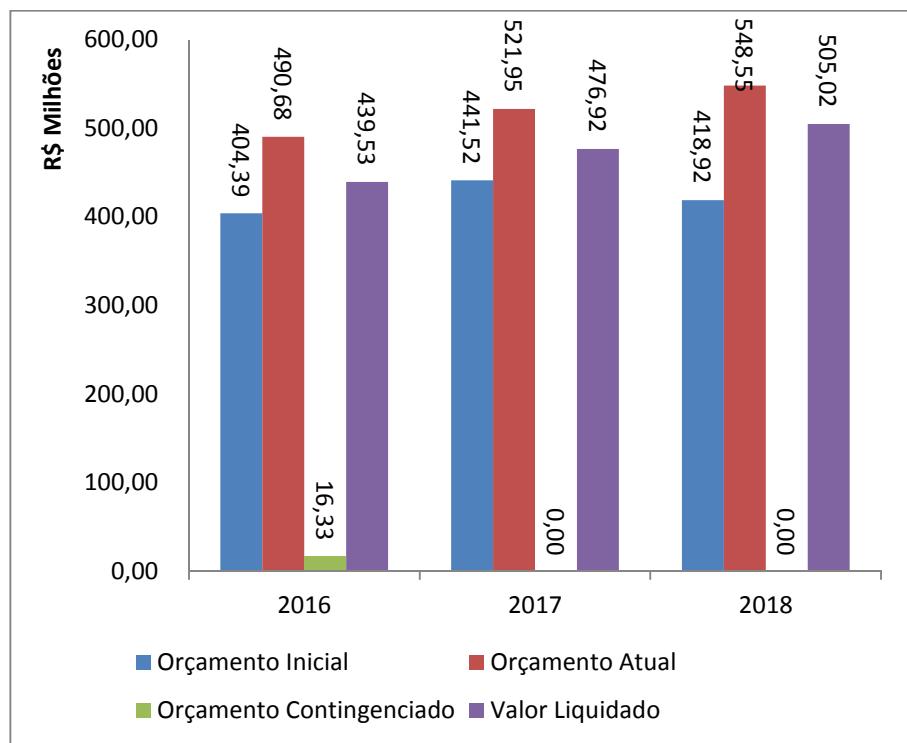
- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas** (2016, 2017 e 2018).

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **48,89%** em 2016, **60,00%** em 2017 e **51,11%** em 2018, resultando na média de **53,33%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

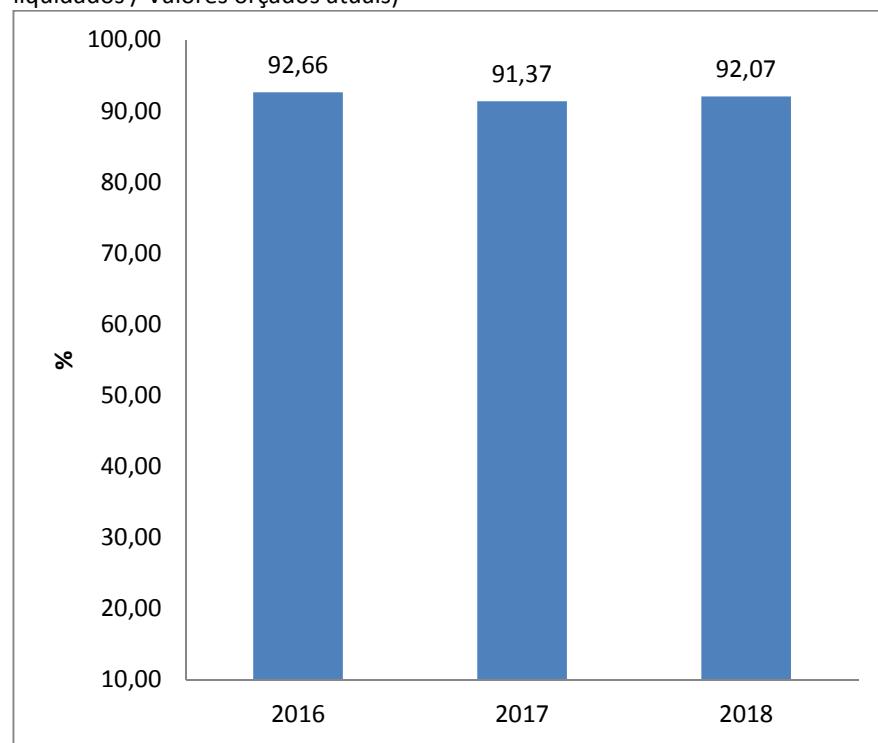
- 2016: 92,66%;
- 2017: 91,37%; e
- 2018: 92,07%.

GRÁFICO 4 - Valores orçados e liquidados do programa, por exercício



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

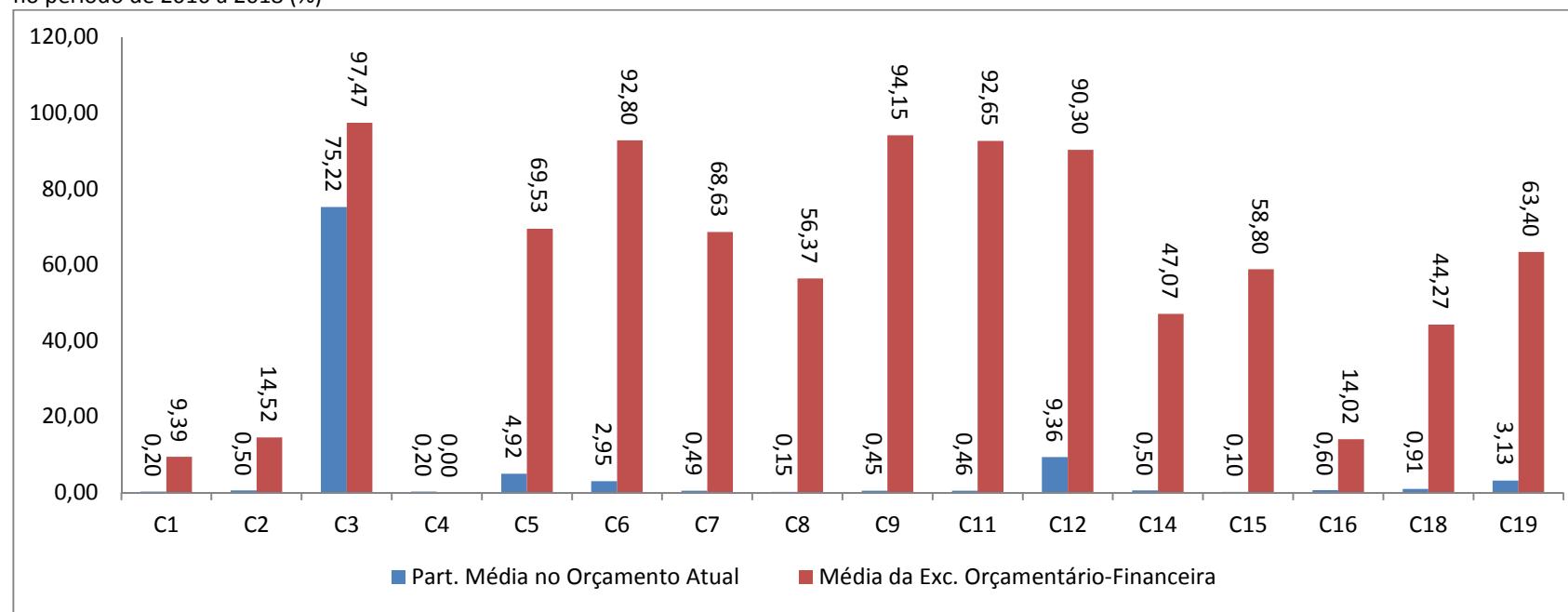
GRÁFICO 5 - Execução orçamentário-financeira do programa, por exercício (Valores liquidados / Valores orçados atuais)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Apesar do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira, em cada exercício, ser influenciado diretamente pelo nível de execução orçamentário-financeira dos Compromissos, cabe detalhar a média de programação e execução orçamentárias do Programa por Compromisso. Nessa perspectiva, o Gráfico 6 relaciona a participação média dos Compromissos no Orçamento Atual e a Execução Orçamentário-financeira, em média, no período 2016 a 2018.

GRÁFICO 6 - Relação entre Média de Participação no Orçamento Atual e Média de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, no período de 2016 a 2018 (%)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Com relação à programação e execução orçamentárias do Programa, nos três exercícios, merece destacar que o Compromisso C4 – *Ampliar a oferta de vagas de qualificação profissional para as pessoas privadas de liberdade visando à inserção produtiva*, cuja a única Meta está enquadrada na situação “Não se Aplica”, não apresenta execução orçamentária no período. No entanto, esse Compromisso só teve disponibilidade de orçamento no exercício de 2016, o qual foi contingenciado totalmente.

Observa-se que um único Compromisso concentra o maior volume de recurso do Programa, sendo responsável por 75,22% do Orçamento Atual, com base na média do período (2016 a 2018). Trata-se do C3 – *Promover a modernização e a melhoria contínua do Sistema Penitenciário com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições materiais e de segurança do interno*, que absorve 3,90% das Metas do Programa Cidadania e Direitos.

O Quadro 3 apresenta o comportamento desse Compromisso com maior participação, nos três exercícios, e o desempenho das Metas a ele associadas, considerando o valor planejado até 2018, relacionando, ainda, à média de execução orçamentário-financeira no período. Verifica-se que

duas das suas três Metas apresentam um alto Grau de Eficácia. Além disso, a Média de Execução Orçamentário-Financeira também é expressiva. Entretanto, não se verifica o mesmo comportamento, quando considerado o valor esperado ao final do PPA-P 2016-2019.

QUADRO 3 - Comportamento das Metas dos Compromissos com maior nível de participação no orçamento atual do Programa

COMPROMISSO	MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO ATUAL (%)	MÉDIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA (%)	QT	METAS					GRAU DE EFICÁCIA PPA*			
				1	2	3	4	NSA	1	2	3	4
C3 – Promover a modernização e a melhoria contínua do Sistema Penitenciário com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições materiais e de segurança do interno	75,22	97,47	3	0	0	0	2	1	1	1	0	1
Total	75,22	-	3	0	0	0	2	1	1	1	0	1

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

*Grau de Eficácia: 1 (Insuficiente); 2 (Regular); 3 (Bom); e 4 (Ótimo).

É possível verificar que o Compromisso relacionado com maior participação no montante do Orçamento abrange Metas voltadas à reforma de imóveis e ao funcionamento e segurança do Sistema Penitenciário, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é de **53,33%** e o seu impacto no IDP do Programa Cidadania e Direitos é, de certa forma, atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de se tratar de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, chama atenção o fato da execução orçamentário-financeira ser elevada no período em análise (2016-2018), mas não contribuir de maneira mais significativa no resultado da **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** e, consequentemente, no resultado do IDP. Esse comportamento pode ser explicado pela existência de Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira, ao longo dos exercícios, afetando negativamente o resultado da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

3 Conclusão

O Programa Cidadania e Direitos alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios. Destaca-se que o comportamento das Metas contribuiu de forma mais expressiva para esse resultado, seguido da evolução dos Indicadores do Programa, ambos componentes da Dimensão Resultado. A Dimensão Esforço, representado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, alcançou menor desempenho em relação aos demais componentes do IDP. Por sua vez, chama atenção o fato de 16,88% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica”, ou seja, não apresentam o planejamento de qualquer execução até o exercício de

2018 (Ano III do PPP-P). Outro elemento de atenção é a concentração de 75,22% do Orçamento Atual em um único Compromisso, apesar de elevada a sua execução, o qual é voltado para a modernização e melhoria do Sistema Penitenciário. Isso indica, ao menos do ponto de vista orçamentário-financeiro, uma ênfase na assistência voltada aos apenados. Destaca-se também o fato de que, como o Indicador da Execução Orçamentário-Financeira é influenciado pelo comportamento de cada um dos Compromissos do Programa, os Compromissos com menor participação no Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador, conduzindo a um baixo desempenho da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira.

Esse desempenho do Programa Cidadania e Direitos se materializa, primordialmente, em ações de caráter transversal e voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos; à assistência social; à prevenção do uso de substâncias psicoativas, bem como à redução de riscos e danos sociais e à saúde, causados pelo seu uso; à inclusão social e ressocialização; à proteção de pessoas em situações de vulnerabilidades e riscos sociais; à segurança e assistência alimentar e nutricional; e ao apoio financeiro a municípios para execução de serviços de Proteção Social Básica, Média e Alta Complexidade, destacando-se:

- Implantação do Serviço de Monitoração Eletrônica do Estado da Bahia;
- implantação da Central de Monitoração Eletrônica;
- manutenção e assistência material a equipamentos do Sistema Penitenciário;
- criação do Fundo Penitenciário do Estado da Bahia – FUNPEN/BA, através da Lei 13.714/2017;
- recebimento de 11 veículos cela, doados pelo DEPEN, para conduzir as pessoas privadas de liberdades, sob custodia do Estado, em movimentação para audiências, atendimento médico, transferências entre os estabelecimentos penais, etc.;
- atendimento, através de serviços complementares, a pessoas com transtornos mentais, bem como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
- apoio a municípios, através do cofinanciamento do serviço de proteção integral à família, realizado pelos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos;
- 1.519 Conselheiros Tutelares e de Direitos, abrangendo os 27 territórios de identidade.